



Readequação de Parques para Crianças com Mobilidade Reduzida

Readjustment of Parks for Children with Reduced Mobility

Eliene Germana Pires

Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol.

Resumo: Este estudo apresenta uma proposta de readequação de parques para crianças com mobilidade reduzida. Com o paradigma da inclusão que se deu de maneira mais efetiva a partir da década de 1980, todos os setores da sociedade tiveram que se adequar para proporcionar o acesso para as pessoas que têm algum tipo de deficiência. No que se refere à limitação física, a proposta é tornar os espaços acessíveis seguindo-se parâmetros e normas técnicas sendo que a mais recente no Brasil é a ABNT-NBR-9050 que versa sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, além dos critérios a serem observados em relação ao projeto, construção. Dentre estes espaços estão os parques infantis que, em grande parte ainda apresentam lacunas em relação às adaptações físicas e assim crianças com mobilidade reduzida ficam impedidas de utilizar os brinquedos e se sentirem inseridas no processo social como as demais, sendo necessário buscar estratégias para que se tornem acessíveis.

Palavras-chave: equidade; deficiência; mobilidade.

Abstract: This study presents a proposal for the readjustment of parks for children with reduced mobility. With the paradigm of inclusion that took place more effectively from the 1980s onwards, all sectors of society had to adapt to provide access for people who have some type of disability. With regard to physical limitation, the proposal is to make spaces accessible by following technical parameters and standards, the most recent in Brazil being ABNT-NBR-9050, which deals with accessibility to buildings, furniture, spaces and urban equipment, in addition to the criteria to be observed in relation to the design and construction. Among these spaces are the playgrounds, which largely still have gaps in relation to physical adaptations and thus children with reduced mobility are prevented from using toys and feeling inserted in the social process like the others, and it is necessary to seek strategies to make them become affordable.

Keywords: equity; deficiency; mobility.

INTRODUÇÃO

O tema proposto neste estudo vem ao encontro das necessidades das pessoas que têm deficiência física, tendo em vista que os segmentos sociais de um modo geral estão se adequando à proposta da inclusão social, as quais demonstram o cuidado em proporcionar a equidade e o pleno acesso a todos os cidadãos.

Em seu desenvolvimento os municípios elaboram projetos para atender às necessidades da população e no que se refere aos parques públicos, segue-se uma

tendência de padronização e nem sempre estes contam com brinquedos adaptados ou espaços acessíveis.

Um instrumento que auxilia muito na organização e fiscalização destes espaços é o Código de Obras e Edificações e o Plano Diretor Municipal que orienta as construções e o desenvolvimento urbano da cidade, respectivamente. Os projetos de construção e/ou readequação de parques requerem desenhos que viabilizem o deslocamento e uso dos espaços, de modo a torná-los acessíveis a todas as pessoas e também englobar adequações que possibilitem o seu uso.

A adequação para acessibilidade em um projeto deve ser orientada pela capacidade de atender a diversidade humana ao propor espaços de realização de atividades confortáveis de modo a garantir ao usuário segurança e autonomia, ampliando o uso, espaço, edificação ou projeto, dentro de considerações ergonômicas.

Atualmente, diante do paradigma da inclusão social, a proposta de readequação de parques para torná-los acessíveis procura atender as particularidades de crianças que têm mobilidade reduzida. No dia a dia é comum encontrar parques construídos apenas com brinquedos de difícil acesso para aquelas crianças que não conseguem se locomover com facilidade.

A elaboração de projetos voltados para esta necessidade requer um planejamento que envolva a ergonomia aplicada no ambiente construído, pois, de acordo com Vasconcelos *et al.* (2012), não se deve restringir a projetar ambientes confortáveis e seguros para os usuários executarem suas atividades, mas também compreender as suas necessidades formais e estéticas. Essa abordagem ergonômica do ambiente construído contribui para melhorar a acessibilidade em ambientes já instalados.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é ressaltar a importância de se projetar ações e readequações de parques infantis urbanos, tornando-os acessíveis, ergonômicos e inclusivos, que atendam à população proporcionando qualidade de vida satisfatória para crianças com mobilidade reduzida. Trazer experiências, inclusão, divertimento e a oportunidade de contemplação para crianças com mobilidade reduzida.

Visando alcançar o objetivo proposto e à estruturação desta proposta pelo gestor público da cidade de Avelinópolis-GO, foram utilizados instrumentos de levantamento bibliográfico e documental, coletados em banco de dados a fim de obter uma fonte abrangente na pesquisa correspondente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inclusão como Direito de Todos

A inclusão é um direito de todos, previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988 (Art. 203, IV; Seção IV; Capítulo II, do Título VII), que preconiza “a habilitação e

reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”, o que indica que pessoas com necessidades especiais devem ser mantidas próximas aos vínculos sociais. Para tanto, torna-se necessário que haja medidas em todas as esferas (políticas, sociais, educacionais e de cidadania) para obter a real inserção do deficiente, independentemente de sua necessidade, na sociedade.

Conforme exposto, a CF/88 garante a participação da pessoa com deficiência na sociedade com o pleno gozo de sua cidadania. Porém, a história relata que a realidade enfrentada por quem tem algum tipo de diferença em relação aos demais indivíduos, nem sempre foi a mesma.

A pessoa com deficiência não era vista como um ser capaz de raciocinar e muito menos de ser educado, como relata o professor licenciado em Filosofia da Educação Inclusiva, Gomes (2013), em seu artigo “Fundamentos da Educação Inclusiva”, o qual diz que, “enquanto uns os consideravam como pessoas sujeitas à rejeição e até a eliminação, para outros eles eram seres incapazes e dignos de penas”.

Ao abranger os estudos sobre a pessoa com deficiência e, a partir do conhecimento e informação, as pessoas passaram a compreender que apesar das limitações que uma pessoa tenha (sensorial, cognitiva ou física), esta pode manter uma vida “normal”, e usufruir de seus direitos e deveres como qualquer cidadão. É notório que o preconceito ainda se faz presente, porém não se pode deixar de considerar os benefícios que foram adquiridos por meio das Políticas Públicas de Inclusão Social no mundo e, consequentemente, no Brasil (Holanda *et al.*, 2015).

A prática da inclusão na sociedade requer procedimentos e cuidados diferenciados que consigam abranger a todos os sujeitos, uma vez que a participação social é uma questão de direitos humanos e é dever tanto do governo quanto das organizações oferecer tal serviço com excelência e eficácia ou, ao menos, com o mínimo de qualidade exigido (Läuffer, 2001).

O aprofundamento desta temática tem contribuído para a mudança de postura e de olhar em relação às pessoas com deficiência. Nesse sentido, os projetos arquitetônicos em sua maioria estão sendo pensados também para as pessoas com mobilidade reduzida sendo esta uma forma de evitar barreiras, as quais podem ser verificadas na falta de rampas, desnivelamento do asfalto e calçadas, orelhões muito altos, falta de portas elevadas em ônibus entre outros.

Segundo Lovato e Zych (2008) a acessibilidade significa dar condições e possibilitar a todos, segurança, autonomia, garantia de direitos, a fim de que possam viver com dignidade. Para garantir a acessibilidade é preciso respeitar e conhecer os direitos humanos coletivos e individuais.

Para a criança com deficiência, a importância das brincadeiras ao ar livre é ainda maior, pois além de ser um modo de lazer é também uma forma de reabilitação. Nesse sentido, para que a criança com mobilidade reduzida usufrua do lazer com segurança, é necessário adequar os locais e equipamentos para que se tornem ferramentas úteis ao invés de obstáculos aos seus usuários, sendo esta

uma iniciativa que elimina discriminação às pessoas incapacitadas, ocasionadas por barreiras físicas e/ou sociais (Läufer, 2001).

Também é importante acompanhar e avaliar o seu uso, uma vez que Walter Benjamim (1984 *apud* Manterola e Asúa, 1996), afirma que são crianças que confirmarão as melhores opções e reformularão tudo o que foi pensado e proposto. Outro passo é utilizar as leis e normas que determinam áreas de lazer nos parques, nas habitações, nos edifícios de apartamentos e nos conjuntos habitacionais. É necessário soluções que permitam ao usuário ter comodidade, conforto, bem-estar e principalmente segurança, possibilitando, assim, projetar produtos para acessibilidade a todos.

O Direito ao Lazer e a Legislação Vigente

A fundamentação jurídica para a acessibilidade em parques infantis no Brasil é robusta. A Constituição Federal e, mais especificamente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), estabelecem que o lazer deve ser acessível a todos, sem qualquer forma de discriminação.

Complementarmente, a Lei nº 10.098/2000 define normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Entretanto, a existência da lei não garante a sua aplicação prática. Muitas vezes, a tentativa de inclusão é feita de forma segregada, com a instalação de um único brinquedo adaptado em um canto isolado do parque, o que contraria o conceito de inclusão social. A norma técnica NBR 9050 é o balizador principal para essas intervenções, definindo dimensões de manobra para cadeiras de rodas e parâmetros de inclinação que devem ser rigorosamente seguidos para garantir a autonomia do usuário.

As barreiras arquitetônicas em parques infantis manifestam-se de diversas formas, desde a escolha inadequada dos materiais de revestimento até a topografia acidentada sem o devido tratamento. O uso comum de areia ou grama compactada, embora tradicionais, representam obstáculos intransponíveis para uma criança que utiliza cadeira de rodas ou andador, devido ao alto coeficiente de atrito ou à instabilidade do terreno.

Para superar esses desafios, deve-se aplicar o conceito de Desenho Universal, que visa conceber produtos e ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior medida possível, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. No contexto de um *playground*, isso significa que o *design* deve permitir que crianças com e sem deficiência interajam no mesmo equipamento, eliminando a estigmatização da área adaptada.

A readequação efetiva de um parque infantil deve ser iniciada pela análise da rota acessível. Este conceito pressupõe um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecte a calçada externa aos equipamentos de lazer. Os pisos devem ser substituídos por materiais sintéticos (figura 3) como o emborrachado EPDM ou reciclado de pneus, que oferecem a estabilidade necessária para a rolagem de cadeiras de rodas e, simultaneamente, possuem propriedades de absorção de impacto, conforme exigido pela NBR 16071 para a segurança contra quedas.

No que tange aos equipamentos, a readequação deve focar na versatilidade. Em vez de escorregadores acessíveis apenas por escadas verticais, a introdução de rampas ou plataformas de transferência permite que a criança saia da cadeira de rodas e acesse o topo do brinquedo com autonomia ou auxílio mínimo. Painéis lúdicos (Figura 4) que exploram texturas e sons, devem ser posicionados em alturas que permitam o alcance por crianças sentadas.

UMA PROPOSTA DE PARQUE ACESSÍVEL PARA A CIDADE DE AVELINÓPOLIS-GO

Localizado no “coração” de Goiás, a cerca de 70 km da capital Goiânia, o município de Avelinópolis é conhecido por sua hospitalidade e pelo ambiente tranquilo característico das cidades do interior goiano. Com uma base econômica voltada principalmente para a agropecuária, a cidade preserva um forte senso de comunidade, onde o bem-estar dos moradores é o pilar central do desenvolvimento local.

Para que uma cidade cresça de forma justa e moderna, é essencial que seus espaços públicos reflitam o respeito à diversidade de sua população. Nesse contexto, a construção de um parque acessível para crianças com mobilidade reduzida em Avelinópolis não é apenas uma obra de infraestrutura, mas um marco de cidadania e inclusão social.

O brincar é um direito fundamental de toda criança, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para crianças que utilizam cadeiras de rodas ou outros dispositivos de auxílio à locomoção, a presença de um parque adaptado transforma a realidade urbana em um lugar de convivência inclusiva. Ao interagir com outras crianças em um ambiente inclusivo, a criança com deficiência desenvolve habilidades sociais, autoconfiança e autonomia, combatendo o isolamento. Equipamentos adaptados permitem que essas crianças se exercitem de forma lúdica, estimulando a coordenação motora e o fortalecimento muscular dentro de suas possibilidades. Um parque acessível educa toda a sociedade. Ele ensina as crianças sem deficiência, desde cedo, a conviver com as diferenças e a respeitar as necessidades do próximo.

Para que o projeto em Avelinópolis seja efetivo, ele deve ir além de rampas básicas. É necessário pensar em: pisos emborrachados (figura 1) que facilitam o deslocamento de cadeiras de rodas e amortecem quedas.

Figura 1 - Piso de material sintético.



Fonte: Pisoleve, 2025.

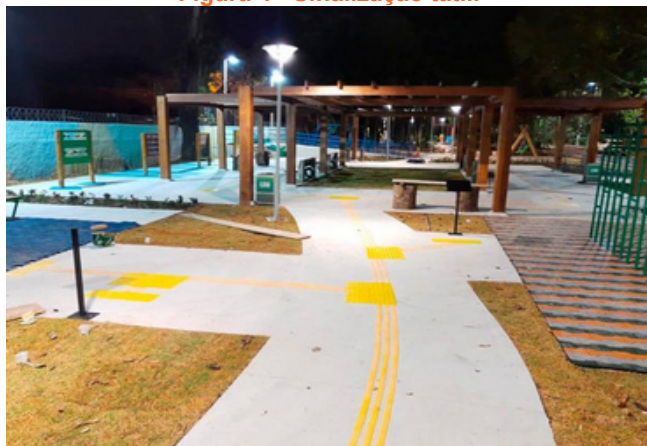
Os brinquedos adaptados como balanços que comportam cadeiras de rodas, carrosséis ao nível do solo e painéis sensoriais (figuras 2 e 3).

Figuras 2 e 3 - Exemplos de parques acessíveis.



Fonte: Sem barreiras, 2025.

A sinalização tátil auxilia crianças com baixa visão ou cegueira a se localizarem no espaço (figura 4).

Figura 4 - Sinalização tátil.

Fonte: Propista, 2025.

Além disso, a instalação de balanços do tipo “ninho” ou cesto (figura 5) é preferível aos modelos tradicionais, pois oferecem suporte lateral e permitem que crianças com baixo tônus muscular participem da atividade com segurança.

Figura 5 - Balanço tipo ninho.

Fonte: Propista, 2025.

Investir em um espaço como este em Avelinópolis demonstra que a gestão municipal e a sociedade valorizam cada cidadão, independentemente de suas limitações físicas. É uma forma de dizer que a cidade pertence a todos e que o futuro da cidade é desenhado com as cores da empatia e da igualdade. Ao priorizar a inclusão, o município pode se tornar um exemplo para outras pequenas cidades da região, provando que o tamanho de um município não limita a grandeza de suas ações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A readequação de parques infantis para crianças com mobilidade reduzida transcende a questão técnica; trata-se de um reconhecimento da diversidade como elemento constituinte da cidade. A remoção de barreiras físicas nos espaços de lazer é o primeiro passo para a remoção de barreiras sociais.

Quando uma criança com deficiência é impedida de brincar com seus pares, a mensagem transmitida pelo urbanismo é a de que aquele espaço não lhe pertence. Portanto, a aplicação rigorosa das normas técnicas, aliada à sensibilidade do desenho inclusivo, é fundamental para garantir que o parque seja, de fato, um local de encontro, crescimento e cidadania para todos. A cidade inclusiva começa no playground, onde a convivência com a diferença é estabelecida de forma lúdica e natural.

REFERÊNCIAS

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. (Esta Errata 1 de 30.12.2005 corrige a ABNT NBR 9050:2004) Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BOUDEGUER Simonetti, *et al.* **Manual da acessibilidade universal**. Santiago, Chile: Accessible City Corporation, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/ SEESP, 2002.

CARMONA, Tiesdell *et al.* **Medindo o espaço público urbano de maneira segura** (2017) Disponível em <<http://www.scielo.org.co/pdf/soec/n33/1657-6357-soec-33-00034.pdf>> Acesso em 23 set. 2025.

GARCÍA VÁZQUEZ, M. Espaço público. 1 Ed. **Cidade do México: Faculdade de Arquitetura UNAM**, 2018 p.4. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ub.edu>> Acesso em 29 set. 2025.

GOMES, Sandra. **Políticas públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios**. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2013.

GONZÁLEZ, M. *et al.* **Acessibilidade para pessoas com deficiência restrita nos estabelecimentos hoteleiros da cidade do Rioja** (2010) Disponível em <<http://repotur.yvera.gob.ar/bitstream/handle>> Acesso em 23 set. 2025.

HOLANDA, Cristina Marques de Almeida; ANDRADE, Fabienne Louise Juvêncio Paes de; BEZERRA, Maria Aparecida; NASCIMENTO, João Paulo da Silva; NEVES, Robson da Fonseca; ALVES, Simone Bezerra; RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. **Redes de apoio e pessoas com deficiência física: inserção**

social e acesso aos serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1):175-184, 2015.

LÄUFER, Adriana Mariana. **Recomendações para projeto de brinquedos de recreação e lazer existentes em playgrounds adaptados à criança com paralisia cerebral.** Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.

LIRA, I. **A importância das áreas verdes nas cidades** (2014) Disponível em <<http://www.miparque.cl/la-importanciade-las-areas-verdes-dentro-de-las-ciudades>> Acesso em 29 set. 2021.

LÓPEZ Pereda; BORAU Jordán, J. **Acessibilidade universal e design para toda arquitetura e urbanismo.** Manual técnico de acessibilidade. México, 2011.

LOVATO, Jessana e ZYCH, C. **A questão da acessibilidade do educando com deficiência física na escola.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MANTEROLA, Alberto C; ASÚA, Miguel de. **Crescer com saúde.** São Paulo: Paulinas, 1996.

SEPÚLVEDA, A. **Tipos de parques urbanos - Parques Alegres** (2017) Disponível em <<http://parquesalegres.org/biblioteca/blog/tipos-parques-urbanos>> Acesso em 29 set. 2021.

VASCONCELOS, C.F; VILLAROUCO, V; SOARES, M.M. 2012. **A contribuição da psicologia ambiental na análise ergonômica do ambiente construído.** *Revista brasileira de ergonomia – ação ergonômica*. Volume 5, nº 3.